

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NOTURNO**

Carmen Santos

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Santa Maria, RS

2022

Carmen Santos

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial a obtenção do grau de licenciado em Educação Especial.

Orientadora: Prof^ª. Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Santa Maria, RS

2022

Carmen Santos

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial a obtenção do grau de licenciado em Educação Especial.

Aprovado em 19 de agosto de 2022:

Sílvia Maria de Oliveira Pavão, Dr (UFSM)
(Presidente Orientador)

Fabiane Vanessa Breitenbach, Dr (UFSM)

Márcia Doralina Alves (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

Dedico este trabalho ao meu esposo e filha que jamais desistiram de mim, pois percorreram uma trajetória difícil. Para que hoje eu estivesse aqui realizando este sonho.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o curso de Licenciatura em Educação Especial, agradeço:

Em primeiro lugar, à Deus, por me dar força e iluminar todos os meus passos nessa árdua caminhada.

À Universidade Federal de Santa Maria pelo aprendizado, pelo atendimento, apoio e compreensão. Agradeço a cada chance que me foi dada, para que hoje eu consiga conquistar meu tão sonhado e aguardado diploma, o qual irei guardar com muito orgulho.

Às professoras que acreditaram no meu potencial, me acompanharam e ofereceram todo suporte durante meu processo de graduação, estas terão sempre um lugar de carinho e admiração em minha lembrança. Em especial à Doutora Silvia Pavão, que me auxiliou muito, até os últimos momentos.

Ao meu esposo Ademar, minha filha Nathalia e minha mãe Celina (in memorian), que sempre caminharam junto comigo, me oferecendo apoio com tudo o que precisei.

A compreensão sobre a deficiência intelectual vem se alterando nas últimas décadas, deixando para um passado remoto uma perspectiva mais atrelada ao senso-comum e assumindo gradativamente uma compreensão científica, comprometida com avaliações mais cuidadosas e sistemas de atendimentos mais eficazes. (MILLIAN, 2013, p. 68).

RESUMO

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

AUTORA: Carmen Santos

ORIENTADORA: Sílvia Maria de Oliveira Pavão
Santa Maria, 2022.

A pesquisa teve como objetivo discutir a trajetória acadêmica do estudante com deficiência intelectual na Educação Superior, por meio de um estudo de caso. Analisando os dados, constatou-se no caso do estudante com deficiência intelectual, as estratégias de apoio pedagógico são fundamentais para o desempenho acadêmico, mas também é preciso que outros fatores estejam presentes, tais como: o apoio familiar, institucional, no caso setores de apoio pedagógico que possam orientar de forma especializada os estudantes e docentes do curso. Concluiu-se que, a trajetória de estudantes com deficiência intelectual no Ensino Superior pode vir a ser efetiva quando o conjunto dos fatores que são essenciais ao estudante sejam disponibilizados institucionalmente, tais como as políticas de inclusão contemplam.

Palavras-chave: Educação Superior. Inclusão no Ensino Superior. Deficiência Intelectual.

ABSTRACT

The research aimed to discuss the academic trajectory of students with intellectual disabilities in Higher Education, through a case study. Analyzing the data, it was found that in the case of students with intellectual disabilities, pedagogical support strategies are fundamental for academic performance, but other factors must also be present, such as: family and institutional support, in the case of sectors of pedagogical support that can guide the students and teachers of the course in a specialized way. It was concluded that the trajectory of students with intellectual disabilities in Higher Education can become effective when the set of factors that are essential to the student are institutionally made available, such as the inclusion policies contemplate.

Keywords: Higher Education. College education. Intellectual Disability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
3 METODOLOGIA	15
3.1 TIPO DE ESTUDO	16
3.2. LOCAL, POPULAÇÃO E PERÍODO	16
3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	17
3.5 QUESTÕES ÉTICAS	17
4 ANÁLISE DOS DADOS	18
5 CONCLUSÃO	30
REFÊRENCIAS	31
APÊNDICES	34
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (Entrevista)	34

APRESENTAÇÃO

Ser aprovada na UFSM foi a realização de um sonho para mim. Durante o meu processo de formação, houve um grande obstáculo em minha vida e rotina, causando também um afastamento da graduação por um grande período. Ao retornar às atividades acadêmicas tive uma sensação muito parecida com a que mencionei, de realização, e satisfação por poder finalizar este processo com êxito. Sou agradecida a todos envolvidos nesta fase de reingresso, o suporte oferecido a mim por professores e funcionários foi essencial.

Ingressei na universidade, com muitas expectativas e interesses, e principalmente, o desejo de me tornar uma ótima Educadora Especial, oferecendo um atendimento de qualidade para meus alunos, um trabalho qualificado às instituições em que atender. Até que no período final de minha formação, me deparei com um quadro de depressão profunda, o que causou o afastamento das atividades, este foi um período de muitas frustrações e sentimentos confusos, parecia um sonho, surreal. Afetou além da minha rotina acadêmica, vida social, convívio familiar, ou seja, a vida mudou bruscamente. Hoje, estou de volta, e trago comigo novamente, todas as expectativas e aspirações, e com a certeza que tive uma história de superação. E me sentindo abençoada por Deus, sigo no caminho da conquista desse sonho.

Com o passar do tempo, e durante todos as fases deste processo intenso que foi o de minha conclusão na graduação de Licenciatura em Educação Especial, tive muitas satisfações, em relação ao meu aprendizado pessoal e profissional, com o auxílio dos ótimos professores, os quais tenho orgulho de ter conhecido durante esse caminho percorrido, à instituição UFSM a qual sempre estive de portas abertas para mim durante os períodos em que tive me afastar, sempre oferecendo-me um grande apoio.

Ao finalizar este estudo de caso, me sinto realizada e com muito desejo de continuidade a esse aprendizado, dando seguimento aos estudos na área.

1 INTRODUÇÃO

A função social da escola em tempos de educação inclusiva é fundamental para a integralidade do desenvolvimento do sujeito, possibilitando ao indivíduo ser concebido em sua diferença (cognitiva ou orgânica, contemplando as pluralidades em todos os espaços) para a constituição do humano. (DAINEZ, 2015).

O modo como se concebe o desenvolvimento do aluno nas escolas, pode nem sempre ser acompanhado de uma preparação para o desenvolvimento no nível individual inserido no âmbito das interações e práticas sociais e educacionais. Isto é, tendo como objetivo analisar as relações no ensino e suas condições de escolaridade. Nesse sentido, os desafios dos alunos com deficiência, nas escolas podem ser ainda mais amplos e desconhecidos pelos próprios sujeitos e agentes do ensino. A própria escola, precisa conhecer, receber e acolher o aluno. Do mesmo modo, o aluno, precisará desenvolver esse sentido de escuta própria de suas necessidades.

Com os atuais atendimentos educacionais dos alunos com deficiência, é preciso destacar que foram possíveis progressões na escola pública diante de muita luta, superando formas de discriminação. A função escola destaca-se para socialização e o aprender a conviver com a diferença. (DAINEZ, 2015).

Dentre as necessidades referentes ao aprendizado dos estudantes com D.I.; tais como: Diminuir, eliminar as barreiras atitudinais, e a principal barreira que a pessoa com D.I. enfrenta na escola tradicional, é o preconceito. Por isso, o mais importante ao iniciar um trabalho de inclusão é a construção individual e coletiva de atitudes de superação de preconceitos. E se tratando do presente trabalho de conclusão de curso, a atenção diferenciada dos professores, respeito ao tempo e a limitação de cada estudante, ampliação de fonte em todos os materiais escritos disponibilizados, síntese dos conteúdos das disciplinas, revisando o conteúdo, dedicação da estudante além dos horários reservados para as aulas. Todos esses passos que foram tomados, foram de extrema importância para manter os conteúdos dos aprendizados e desenvolvimentos da estudante com D.I. desenvolvendo a capacidade de raciocínio, então neste momento acontecia a medicação. (VICELLI; PAGNO; MAZURECK, 2015).

Segundo Laplane, citado por Dainez (2015) na educação básica, o maior desafio para aluno com D.I. se dá com relação ao acesso ao conhecimento escolar. Como

ensinar e como ensinar para esses alunos? Eles aprendem, ou não? Podem participar das práticas escolares? como?

Diante do exposto, tem-se como problema de pesquisa: como os estudantes com deficiência intelectual se inserem no contexto acadêmico da universidade, de modo a lograr êxito na aprendizagem e socialização?

Objetivo geral

Conhecer a trajetória acadêmica do estudante com deficiência intelectual na Educação Superior.

Objetivos específicos:

- Identificar as principais políticas de inclusão educacional na Educação Superior.
- Caracterizar a deficiência intelectual.

O estudo se justifica, considerando a importância do tema, tendo em vista que as políticas de inclusão educacional na Educação Superior datam de pouco mais que uma década. Dessa forma, compreender os modos de participação e aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual nas práticas educacionais e de socialização na trajetória acadêmica, podem mostrar elementos fundamentais para que esses sujeitos, encontrem nos espaços acadêmicos significados e motivação para aprendizagem e desenvolvimento profissional.

2 METODOLOGIA

[...] Com essas explicações é possível compreender o quanto o ensino está presente na formação e desenvolvimento do homem, tendo ele uma deficiência ou não. Seu papel fundamental está diretamente relacionado com a natureza e qualidade das mediações empreendidas, com a capacidade de fazer uso de instrumentos de maneira a assegurar a formação e o desenvolvimento de suas potencialidades [...] (ROSSATO; LEONARDO, 2011, p. 75).

2.1 TIPO DE ESTUDO

Estudo de caso do tipo interpretativo, tendo como foco a classificação e teorização das informações do caso em análise (MARTINS, 2008; TRIVINOS, 2009).

2.2 LOCAL, POPULAÇÃO E PERÍODO

O estudo foi realizado em uma Instituição de Ensino Superior, localizada no estado do Rio Grande do Sul, escolhida por conveniência. O sujeito do caso, foi selecionado pelo serviço de acessibilidade da instituição mencionada, que enviou o convite e agendou a reunião para a entrevista.

3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista (APÊNDICE A). Somente após o aceite do estudante em participar foi entregue e explicado para assinatura o Termo de consentimento livre esclarecido e o Termo de confidencialidade (APÊNDICE B e C).

2.4 MÉTODO DE ANÁLISE

Análise dos dados do tipo qualitativa, fazendo cruzamentos dos dados da literatura e da coleta do campo investigado.

2.5 QUESTÕES ÉTICAS

Esta pesquisa está vinculada ao Projeto Educação, Saúde e Inclusão 3. ed, registrado no Gabinete de Projetos-GAP com o Número 053283 e com aprovação no Comitê de ética e registro CAAE:27550820.3.0000.5346. (ANEXO A).

Nesses termos da ética em pesquisa, o participante recebeu os Termos de consentimento livre esclarecido-TCLE e o termo de confidencialidade-TC com todas as explicações e informações da pesquisa. (APÊNDICES B e C), conforme a Resolução da ética em pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2012).

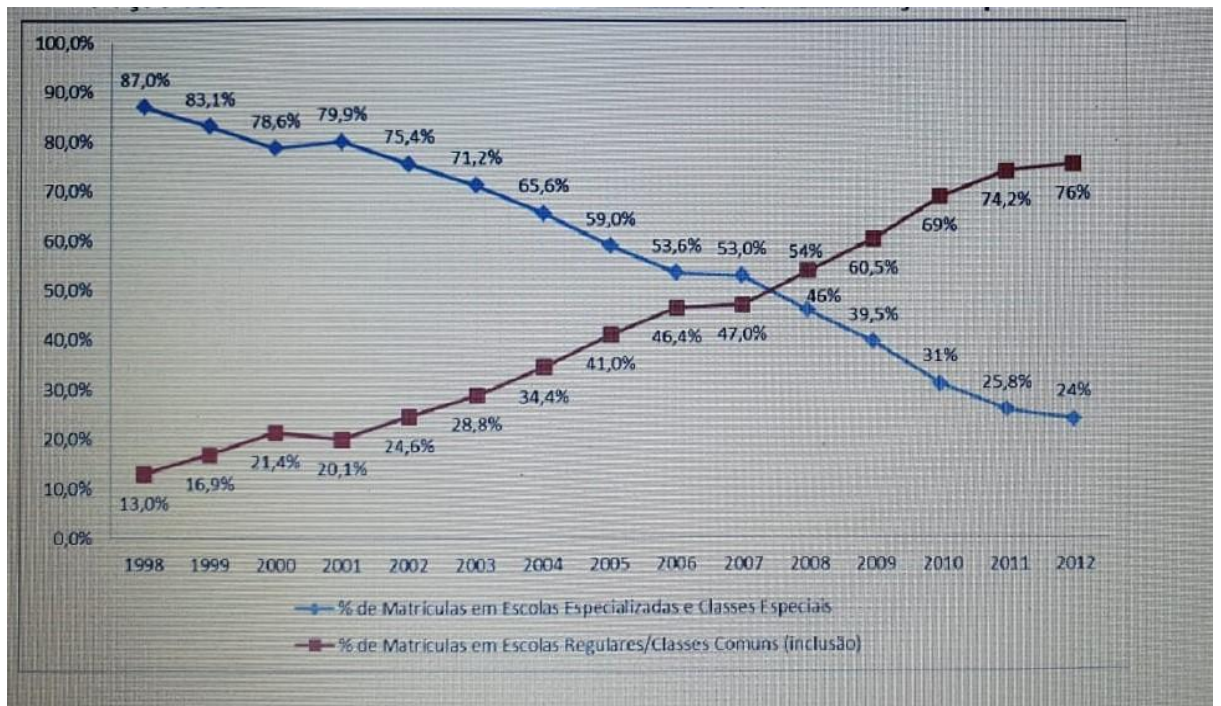
3 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E ASPECTOS TEÓRICOS DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Essa constatação evidencia um importante investimento que se faz necessário em relação à deficiência intelectual: a necessidade de se realizar estudos com o próprio indivíduo deficiente. Segundo Del Prette & Del Prette¹⁵, a deficiência pode ocasionar inúmeros problemas intra e interpessoais, que devem ser, cada vez mais, compreendidos para que se possam oferecer intervenções específicas e eficazes (MILIAN, 2013, p. 68).

A Constituição (BRASIL, 1988) foi um dos primeiros documentos a impulsionar as mudanças da educação das pessoas com deficiência e deram início ao diálogo com a sociedade. A partir de então outros eventos e documentos sucederam: a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990); a Declaração de Salamanca (1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-PNEEPI (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015) e a Lei 13.409, sobre a política de reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino (BRASIL, 2016).

Na Educação Superior, o documento que mais direciona orientações especiais é programa Incluir (BRASIL, 2013). É um programa do Ministério da Educação, que buscou um diálogo com as Instituições Federais de Ensino Superior, visando construir ações e organização de núcleos de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, esses processos nas universidades começaram de modo gradativo, bem como o ingresso desses estudantes na Educação Superior (Fig. 1). Entretanto, o ingresso desses estudantes nas universidades foi significativo. (BRASIL, 2013).

Figura 1: Evolução das matrículas de estudantes com deficiência na Educação Superior.



Fonte: Documento orientador (BRASIL, 2013, p. 11).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva (BRASIL, 2008), foi um grande avanço para as práticas de inclusão. E, desde o ano de 2013 com o programa Incluir, viver sem limites, foram criados paulatinamente os núcleos de acessibilidade nas IFES, impulsionando o olhar e atendimentos as necessidades das pessoas com deficiência na educação Superior. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão nº13.146/2015 (BRASIL, 2015) o direito ao acesso a todos os níveis de ensino, atingindo o Ensino Superior. O aumento do público com deficiência no ensino superior também foi proporcionado pela aprovação da Lei de cotas, a Lei 13.409/2016 nas Universidades Federais.

Desse modo, o desafio dos estudantes com deficiência, foi um caminho, e, considerando mais especificamente no processo educacional dos estudantes considerando a deficiência intelectual, também foram expressivos os desafios. Os processos educacionais perpassam todos os níveis de ensino, da educação infantil e suas demandas no ensino fundamental e médio, bem como na educação superior, e um dos fatores que concorrem para que os desafios sejam ainda mais incrementados,

possivelmente seja os poucos recursos didáticos e estratégias pedagógicas disponíveis para auxiliar o processo educacional desses alunos.

O poder constituído foi assumindo uma jurisdição para a educação da pessoa com deficiência levando a pensar, como consolidar a educação do aluno com deficiência dentro da escola regular pública. Quais são as condições que a escola recebe estes alunos, uma vez que de fato ao estarem dentro dela, não significa que estão efetivamente contempladas e tratadas como sujeito da educação (DAINEZ, 2015).

O discurso e as práticas de inclusão educacional vêm movimentando o cenário educacional e transformando as práticas pedagógicas, até então convencionais, que naturalizavam a exclusão. Em termos de documentações e políticas, se pode dizer que a Declaração de Salamanca (1994), vem sendo tratado como um dos principais documentos que impulsionaram a inclusão educacional, no Brasil e em outros países. Esse documento elaborado na conferência salienta o direito à educação e o compromisso para com a “Educação para todos”, reconhecendo a necessidade e urgência de garantir de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (BRASIL, 1994).

Embora tenha sido elaborado a muito tempo, ainda precisa ser lembrado, visando o alcance e avanços necessários.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Diante disso podemos compreender que a avaliação, o diagnóstico e a classificação constituem processo imprescindível para uma intervenção coerente, eficiente e que possa responder a funcionalidade humana da pessoa com deficiência intelectual. Entendendo como ponto de partida e nunca de chegada para tal intervenção (DÉO; PEREIRA, 2011, p. 12-3)

O caso escolhido para discutir a deficiência intelectual no Ensino Superior, é do gênero masculino. Frequenta o curso de arquivologia e está prestes a se formar.

A entrevista foi realizada nas dependências da universidade, e a linha traçada foi sobre a sua trajetória escolar, desde os anos iniciais até o Ensino Superior.

A entrevista ocorreu de forma tranquila e fluida, todas as perguntas feitas foram respondidas, ocorrendo um bom entendimento entre o entrevistador e entrevistado.

Além das respostas objetivas, houve também o aprofundamento de alguns conteúdos, e algumas informações foram assim obtidas por meio do diálogo que foi se desenvolvendo durante o processo da entrevista, de forma descontraída.

O começo de sua trajetória escolar foi lembrado com facilidade pelo aluno, que afirmou ter sido muito bem recepcionado e aceito (acolhido) pelos professores e colegas, o que lhe proporcionou ânimo e otimismo para seguir sempre em frente. Essa primeira experiência com a escola, foi muito boa.

Nos primeiros anos do processo de escolarização, houve reprovação, ele foi reprovado por quatro vezes no primeiro ano do Ensino Fundamental, porém foi aprovado em todos os anos seguintes. O aluno referiu que possui mais habilidade na fala do que na escrita. Na escrita ele não consegue manter o mesmo nível de agilidade dos demais alunos, mas em provas orais consegue ter um bom desempenho.

Para o ingresso na academia um dos maiores obstáculos foi transcrever a redação no vestibular. Fez dois vestibulares, passou nos dois, mas no primeiro vestibular, feito em 2010, não conseguiu escrever sua redação, porém no ano seguinte, em 2011, conseguiu a presença de um monitor de apoio para auxiliá-lo durante o processo de produção da redação. Inclusive, mostrando ter uma boa memória.

O aluno recordou do tema abordado na redação do vestibular, daquele ano, mencionando as ações na Favela do Alemão, mostrando a sua capacidade de

raciocínio lógico e demonstrando que a Deficiência Intelectual tem seus limites sim, mas que com o apoio necessário, é possível aprender e se desenvolver.

Já no Ensino Superior, e com adaptação curricular, chegou a reprovar em muitas disciplinas. Obstáculos na relação com determinados professores, que gostariam que ele tivesse mais agilidade na escrita, mesmo ritmo dos demais alunos na leitura. Mas, referiu que compreendia bem os conteúdos.

Seu aprendizado e desenvolvimento cognitivo se apresentam na capacidade de fazer as provas de forma oral, e trabalhos executados no seu processo de graduação.

De modo geral, no Ensino Superior atingiu as expectativas, pois durante este processo, o aluno menciona ter sido bem aceito, por professores e colegas, salientando com empolgação as amizades adquiridas durante sua trajetória.

Logo ao final do curso, para apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi veiculado uma notícia sobre o ocorrido na rede de televisão aberta da cidade de Santa Maria. Ele menciona que um mesmo professor atua como seu orientador, nos projetos de T.C.C, e no seu processo de estágio de graduação.

Uma das estratégias salientadas pelo aluno usadas pelos professores do curso quando ele não conseguia executar as questões na prova escrita, por questões motoras, era aplicada a prova de maneira oral. Quando isso acontecia, ou seja, quando havia essa possibilidade, conseguia responder as questões de forma ágil, atingindo notas satisfatórias. O que mostra o interesse do profissional pelo bem estar do aluno com Deficiência Intelectual, adaptando os métodos avaliativos utilizados.

A esse respeito, Breitenback (2018) referiu que mesmo com todas as políticas nacionais de inclusão e a modalidade de Educação Especial em todos os níveis de ensino, há uma dificuldade de contemplar todas as pessoas com deficiência em suas necessidades de aprendizagem. No caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) a Educação Especial é uma modalidade transversal em todos os níveis e etapas da educação, mas não se estende aos alunos da Educação Superior, é preciso que sejam feitos esforços para que esses alunos sejam atendidos em suas necessidades de aprendizagem.

Com o passar dos anos, na opinião do aluno, as condições de acesso à educação de pessoas com Deficiência Intelectual têm evoluído, dando bastante bases ao ensino, e aos atendimentos especializados.

Até o final do ano de 2019, quando apresentou seu T.C.C, sobre “a história dos audiovisuais na televisão brasileira”, tema escolhido por ter sempre gostado de assistir televisão. A execução deste trabalho ocorreu de forma tranquila, começando pelos primeiros meios de comunicação, e em seguida uma leitura sobre a televisão brasileira.

O T.C.C foi apresentado em uma sala de informática, no momento da apresentação, o computador não funcionou, pois estava com vírus, e não salvou como deveria o material que ele necessitava, então, seu orientador salvou o áudio de apresentação em um grupo do Facebook, chamado “Audiovisuais da Televisão Brasileira”. Ele conta que na sua apresentação também havia uma maquete demonstrativa dos prédios das emissoras estudadas por ele, que fez uma pesquisa literária, sem executar pesquisas de campo, visitando estes locais.

Antes de fazer a apresentação de seu T.C.C o aluno apresentou um banner sobre este trabalho em um congresso na cidade de Montevidéu, capital do Uruguai. Esta experiência proporcionou que o aluno conhecesse várias pessoas de sua área de estudo, vindas de todos os cantos do Brasil e de outros países também.

Ao ser questionado sobre a presença de outras pessoas com D.I neste evento, o aluno não soube responder, mas afirma não ter visto ou de não ter o conhecimento de mais participantes com sua deficiência.

Após a apresentação de seu T.C.C, uma estudante de jornalismo o entrevistou.

Mencionou o acompanhamento pela Coordenadoria de Ações educacionais-CAED.

A Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED), subunidade administrativa vinculada à Pró-Reitoria de Graduação. desenvolve ações de apoio junto ao público da UFSM. O trabalho desenvolvido visa, de modo geral, o acesso, a permanência, a promoção da aprendizagem, a acessibilidade e as ações afirmativas. Estrutura-se a partir do Observatório de Ações de Inclusão e de três subdivisões: Acessibilidade, Apoio à Aprendizagem e Ações Afirmativas Sociais, Étnico Raciais e Indígenas. (UFSM, sp, 2022).

Na CAED, ele foi atendido especificamente pela subdivisão de acessibilidade, por educadores especiais, que dá “orientação para adequações nos processos de aprendizagem” (UFSM, s/p, 2022). Atualmente, quem faz o acompanhamento com este aluno é uma acadêmica de Terapia Ocupacional. No momento, faz apenas o estágio

supervisionado. E afirma que assim que finalizar seu processo de formação vai querer fazer a colação de grau com seus familiares, e por fim uma grande comemoração.

Durante a entrevista, o aluno menciona ter reprovado seis vezes na mesma matéria, mas que não desistiu, demonstrando mais uma vez, determinação. com relação ao caso específico dos estudantes com deficiência intelectual, para a descrença no seu acesso à Educação Superior é ainda mais acentuada. Para Breitenback (2018) a portaria nº3.284, de sete de novembro de 2003, que especifica apenas os requisitos de acessibilidade que devem ser observados nos casos de estudantes com deficiência física, deficiência visual e deficiência auditiva, não fazendo referência aos estudantes com deficiência intelectual. (BREITENBACK, 2018). Essa pode ser uma das razões pelas quais não existam ainda muitas estratégias pedagógicas para estudantes com deficiência intelectual.

O aluno é muito grato pela faculdade ser gratuita. A expectativa é que outros estudantes possam também ascender o Ensino Superior. Mesmo com a descrença expressa em algumas políticas públicas educacionais, às pessoas com deficiência intelectual estão chegando a esse nível de ensino. A investigação está alicerçada nos estudos de Levseinovitch. Ao considerar o homem como ser histórico e social que, mesmo influenciado por contextos políticos, econômicos e culturais, pode operar e transformar a sua realidade (BREITENBACK, 2018).

A pessoa que mais lhe deu apoio nos estudos foi sua mãe, incentivando na busca de todos os seus objetivos.

Comenta que faziam muitos anos que não sofria convulsões, o que lhe ocorreu novamente no ano de 2015, após 17 anos sem crises, por isso mencionou estar consumindo medicações controladas para tratamento. Mesmo assim, considera ter uma vida tranquila, com uma rotina de estudos, trabalho e atividades físicas, que gosta muito de fazer, como o kickboxing.

O aluno tem planos de terminar o seu processo de graduação e ir embora da cidade de Santa Maria, ponto mencionado com muita empolgação e alegria, mostrando ao entrevistador a realização pessoal e profissional, com muitos sonhos pela frente com sua graduação e curso técnico em arquivologia.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que, a trajetória de estudantes com deficiência intelectual no Ensino Superior pode vir a ser efetiva quando o conjunto dos fatores que são essenciais ao processo de inclusão sejam contemplados.

Institucionalmente, o diálogo acerca das políticas de inclusão deve ser permanente, de forma que paulatinamente, estudantes com deficiência possam participar com acessibilidade de todos espaços da instituição.

A inclusão educacional, abriu possibilidades de ressignificação da participação das pessoas com deficiência nas escolas e nas universidades. Quando os alunos com deficiência ingressam na universidade, essa se compromete em desenvolver as condições, de superação das possíveis dificuldades, que possam vir a ter no processo de aprendizagem, ou das necessidades de flexibilização e adaptação curricular.

Destaca-se que o trabalho conjunto para a plena inclusão dos estudantes com deficiência intelectual na educação superior, mostra ser eficiente. Ou seja, a instituição, a família e a pessoa com deficiência intelectual, devem estar trabalhando em sintonia. A utilização de recursos e de estratégias pedagógicas específicas as necessidades de aprendizagem e de ensino, proporcionam melhor desenvolvimento e participação social.

REFÊRENCIAS

BRANCHER, Juliane Janaina Leite; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. A presença de estudantes com deficiência intelectual no ensino superior. In: colóquio internacional de educação especial e inclusão escolar, 2019, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/cintedes-2019/papers/a-presenca-de-estudantes-com-deficiencia-intelectual-no-ensino-superior>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL a. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. Conselho nacional de saúde. **Comissão nacional de ética em pesquisa**. Resolução n. 196/96 versão 2012. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Documento orientador **Programa Incluir: acessibilidade na educação superior** SECADI/SESu, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário**

Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 05 ago. 2022.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **A aprendizagem do estudante com deficiência intelectual na educação superior**: obstáculos e possibilidades. Programa de pós-graduação em educação. Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Santa Maria. 2018.

DAINEZ, Débora. A Função Social da Escola em Tempos de Educação Inclusiva: Uma discussão Necessária - FE/UNICAMP. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT15-3654.pdf> Acesso em: 26 jun. 2022.

DÉO, Adriana Fortes; PEREIRA, Jeanete Aparecida Ferri. A triangulação entre deficiência intelectual, funcionalidade humana e apoios. **Revista DICA**, Agudos-SP, v.4, n. 4, 2011. Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2022.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MILIAN, Queila Guise et al. Deficiência intelectual: doze anos de publicações na base SciELO. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 30, n. 91, p. 64-73, 2013 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862013000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 set. 2022.

ROSSATO, Solange P M; LEONARDO, Nilza S T. A deficiência intelectual na concepção de educadores da educação especial: contribuições da psicologia histórico cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília-SP, v. 17, n. 1, jan/abr. 2011. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2022.

VICELLI, Mikelen; PAGNO, Denise Danielli; MAZURECK, Vera Regina. Inclusão de estudantes com deficiência intelectual no ensino superior. Mostra de Iniciação Científica e tecnológica interdisciplinar. Instituto Federal Catarinense, Campus Santa Rosa do Sul 2015. Disponível em: <https://eventos.ifc.edu.br/micti/wp-content/uploads/sites/5/2015/10/inclus%c3%83o-de-estudantes-com-defici%c3%8ancia-intelectual-no-ensino-superior.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED)**. Santa Maria: UFSM, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/caed/>. Acesso em: 11 set. 2021.

APÊNDICE 1- Entrevista direcionada ao estudante.

1. Como foi o começo da sua trajetória escolar, as situações vivenciadas, o acolhimento, as estratégias de ensino?
2. Como foi acontecendo seu desenvolvimento escolar e sua adaptação curricular?
3. Para chegar ao nível superior, na universidade, destaque alguns dos principais obstáculos para o ingresso acadêmico.
4. Como foi seu desenvolvimento, sua aprendizagem (relativo ao processo mental, de percepção, memória, juízo e raciocínio)?
5. O trabalho apresentado no ensino superior, foram aquelas que você esperava?
6. Quais foram as estratégias utilizadas pelos profissionais da educação durante sua formação no ensino superior?
7. Como foi o acompanhamento de sua aprendizagem pela subdivisão de acessibilidade?
8. Quais foram as estratégias utilizadas pelos profissionais que atuam na subdivisão de acessibilidade?
9. Você acredita que esse acompanhamento ajudou você a aprender melhor os conteúdos da universidade?
10. Você fez muitos amigos na sala de aula na universidade?
11. Conte algo que considere importante sobre a universidade, que gostaria de falar.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do estudo:

Pesquisador responsável: Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Aluna: Carmen Santos

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Programa de Pós-Graduação em Educação

Local da coleta de dados: UFSM

Eu, Sílvia Maria de Oliveira Pavão, responsável pela pesquisa, e a graduanda **Carmen Santos** o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa tem como objetivos discutir a trajetória acadêmica do estudante com deficiência intelectual na Educação Superior. Acreditamos que ela seja importante, pois é um tema de extrema relevância social, considerando a importância de se compreender os modos de participação e aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual nas práticas educacionais e de socialização na trajetória acadêmica nas universidades.

Para a realização da pesquisa, será feito o seguinte: aplicação de uma entrevista do tipo semiestruturada, que será gravada. Sua participação constará de responder a entrevista. Será garantido o anonimato dos participantes mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Confidencialidade (TC).

Os procedimentos adotados serão esclarecidos pela pesquisadora a fim de evitar dúvidas, bem como os riscos e benefícios desta pesquisa, podendo ser questionável a qualquer momento.

Os **benefícios** na participação desta pesquisa, serão diretamente à medida que proporciona mais conhecimentos relativos aos processos de aprendizagem na educação superior.

E, os possíveis **riscos** seria o sentir algum desconforto psicológico, como certo nível de ansiedade ou angústia, por exemplo, decorrente da abordagem das questões da entrevista. Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada por meio de acompanhamento dos pesquisadores. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa. As estratégias e procedimentos utilizados para prestar esse atendimento, a problemas que sejam comprovadamente causados por essa pesquisa, ocorrerá por meio de esclarecimento de qualquer dúvida referente à pesquisa, explicação de termos e conceitos utilizados na pesquisa, indicação de leituras para complementar a prática, e também poderá orientar, caso necessário, a busca de outros acompanhamentos pertinentes à situação apresentada. Durante todo o período da pesquisa, o participante terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento.

Para manter o sigilo e privacidade dos participantes, a pesquisa será desenvolvida de acordo com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 196/2012 (BRASIL, 2012) que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentares de pesquisa envolvendo seres humanos, sendo submetida pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Conselho de Ética em Pesquisa.

Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, [**nome completo do voluntário**], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Local,

Apêndice C- Termo de Confidencialidade**Título do projeto:****Pesquisador responsável:** Sílvia Maria de Oliveira Pavão**Aluna:** Carmen Santos**Instituição:** Universidade Federal de Santa Maria**Local da coleta de dados:** UFSM

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevista semiestruturada.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 16, Departamento de Fundamentos da Educação, xxxxxxxxxxxx, Centro de Educação, 97105-970 - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Sra. Sílvia Maria de Oliveira Pavão. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Caae

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Caae

Santa Maria, 10 de julho de 2022.

Sílvia Maria de Oliveira Pavão

*Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM – CEP/UFSM
Avenida Roraima, n. 1000 – Prédio da Reitoria, 7º andar, sala 725 – CEP 97105-900 – Santa Maria – RS.
Telefone: (55) 3220-9362 – E-mail: cep.ufsm@gmail.com – Website: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/>*

NUP: 23081.125093/2022-41

Prioridade: Normal

Homologação de ata de defesa de TCC e estágio de graduação

125.322 - Bancas examinadoras de TCC: indicação e atuação

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
5	Trabalho de conclusão de curso (TCC) (125.32)	tcc (VF).pdf

Assinaturas

07/11/2022 11:03:50

SILVIA MARIA DE OLIVEIRA PAVAO (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)
01.08.14.00.0.0 - COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS - CAED-PROGRAD

17/11/2022 13:31:27

MARCIA DORALINA ALVES (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)
05.24.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO ESPECIAL - DEDE

1960



Código Verificador: 2071594

Código CRC: cb5cf8b2

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

